

Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho na Busca para o Desenvolvimento Social no Brasil

DIAS, Aline Alves da Silva ^[1], SABIÃO, Roseline Martins ^[2]

DIAS, Aline Alves da Silva; SABIÃO, Roseline Martins. **Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho na Busca para o Desenvolvimento Social no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 02, pp. 66-83, Julho de 2018. ISSN:2448-0959

Resumo

O presente estudo refere-se à Educação de Jovens e Adultos, sua história e sobre a importância do seu maior divulgador Paulo Freire. A história desta modalidade de ensino oportuniza aos que não puderam estudar quando mais novos. Neste contexto, o principal objetivo é mostrar a importância da EJA para uma possível formação profissional e melhor expectativa de vida. Além disso, pretende comentar a EJA no Brasil, buscando destacar os benefícios deste programa para jovens e adultos, enfatizando os desafios enfrentados neste setor e também realçar a formação do educador nesta tarefa. Para isso, foi feita uma pesquisa qualitativa, considerando a realidade dos alunos através de pesquisas bibliográficas de autores que se relacionam ao tema e ainda foi realizada uma busca em sites como Scielo, Bireme, Lilacs ou portais educacionais e até mesmo documentos de época. AEJA é importante, torna o indivíduo com maior capacidade e com melhor perspectiva de vida. A educação de adultos acompanha a história da educação brasileira desde o início da catequização pelos jesuítas. Para tanto, o avanço das tecnologias passou a solicitar mão-de-obra qualificada e alfabetizada. A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada.

Palavras-chave: Alfabetização, Metodologia, Jovens e Adultos.

1. Introdução

Um grande estudioso do estudo, da pesquisa e do ato de ler, Paulo Freire, defendia que faz sobressair que o ato de “ensinar exige pesquisa” e que “ensinar é considerar a importância do ensino de jovens e adultos”.

O “ensino exige paciência” dessa forma sabe-se que esse estudo se destina a analisar e o objetivo deste artigo é “mostrar a importância do Ensino de Jovens e Adultos para a possível formação profissional e melhor perspectiva de vida”. Muitos alunos frequentadores do Ensino de Jovens e Adultos buscam a melhoria teórica e prática para sua capacitação.

Neste contexto, faz-se a seguinte pergunta: qual a importância do Ensino de Jovens e Adultos para o desenvolvimento social no Brasil: e na busca de respostas coerentes pensa-se que o Ensino de Jovens e Adultos visa à busca na diminuição das desigualdades existentes entre o público desta modalidade de ensino, priorizando aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria.

Cada aluno considera que o Ensino de Jovens e Adultos pode fazer este resgate individual e ainda

aumentar a autoestima. Por isso, a elaboração deste artigo de conclusão de curso conduz a um aumento da responsabilidade na realização do trabalho de pesquisa e ainda leva à compreensão do que é Ensino de Jovens e Adultos e qual a sua caminhada na vida brasileira.

Neste sentido, cumpre comentar de forma breve o papel do Ensino de Jovens e Adultos - Evidenciar os benefícios do programa para os jovens e adultos que não conseguiram concluir os estudos até o Ensino Médio, apontar os desafios enfrentados na educação dos jovens e adultos e discutir sobre a formação do educador do programa jovem e adulta. Esta pesquisa tem como objetivo traçar reflexões que sirvam de apoio aos professores, analisando métodos de ensino, visando favorecer uma formação profissional melhor.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base nos princípios de uma educação para todos, considerando a realidade dos educandos nos quais não tiveram acesso à escola na idade certa. Para a realização desta pesquisa serão feitas leituras bibliográficas de autores pertinentes à temática e em sites relacionados ao conteúdo, leituras de monografias especializadas, site Scielo e artigos científicos.

Este artigo de conclusão de curso será constituído em quatro capítulos. A História da EJA como sendo o primeiro; o segundo se constituirá pelo Ensino de Jovens e Adultos: um caminho na busca para o desenvolvimento social no Brasil. Nesta abordagem, será feito um estudo desde a antiguidade em pinceladas rápidas até a evolução do estudo no Brasil.

O terceiro capítulo abordará os Benefícios do Ensino de Jovens e Adultos. O quarto capítulo será: A Metodologia da educação de jovens e adultos, também será pesquisada e farão a complementação de seus estudos que podem ter, desta forma, melhores condições de vida. Será também feita uma abordagem ao incentivador maior deste segmento escolar: Paulo Freire. Além disso, foram estudadas as metodologias utilizadas na educação de jovens e adultos.

2. A história da EJA

Observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil existe desde o tempo colonial época em que se referia à educação aos adultos que deviam ser catequizados, (BISPO, 2008).

Todavia, destaca Saldanha (2009) “a expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII, desorganizou o ensino até então estabelecido”. E as ações adequadas à educação de adultos somente foram acontecer no período Imperial, continuam.

Conforme a autora acima citada, a constituição Imperial de 1824 destinava a todos a instrução primária gratuita, ou seja, às pessoas livres, pessoas saídas da elite ou no exercício de funções ligadas a política e o trabalho imperial (SALDANHA, 2008).

No Brasil Império, começaram a abrir escolas noturnas para trabalhar com esses alunos e possibilitar o acesso dos mesmos no meio escolar. Saldanha (2008) sugere que “o ensino tinha pouca qualidade, normalmente com duração curta”.

Nesse contexto, a lei “favorecia as classes pobres, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, no decorrer dos séculos houve várias reformas”, Soares

(2002, p. 08).

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. (MARTINS, 2002, p. 08).

Na década 1930, o governo objetivava somente alfabetizar as camadas baixas somente o aprender a ler e escrever, não se buscava a obtenção da consciência crítica. É importante que o conhecimento da história deste período seja conhecido porque a sociedade passava por grandes transformações e também é nesta época que a educação inicia a firmar-se. Além disso, a industrialização crescia e a população começava a se reunir, ou concentrar-se nos centros urbanos, destaca Saldanha, (2008).

A gratuidade do ensino envolvia setores sociais diversificados gerando “o crescimento da educação elementar foi estimulado pelo governo federal, no qual projetava diretrizes educacionais para todo o país, observa Saldanha (2008). O governo sempre contribuía apoiando para que se fizesse uma educação, e agia para que todos os cidadãos usufruíssem de uma educação de qualidade para todos, conforme Saldanha, (2008).

Segundo Freire (2005) a educação passou por grandes reflexões, no qual é visto em cada período um sonho: fazer do ensino um direito de todos.

Gadotti (2003, p. 02) comenta “que a educação de adultos era gerada como ampliação da escola formal, principalmente para zona rural, sendo a mesma apropriada para trabalhar com os alunos”. Esse tipo de ensino não era forçado e somente o frequentavam aqueles que queriam e desejava estudar.

Após o fim da ditadura de Vargas em 1945, as críticas contra os adultos analfabetos se intensificaram e a educação de adultos inicia sua fase de melhoria, começa a mostrar o seu valor.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a educação deixou de ser tradicionalista. Os educadores exercem a busca de novas propostas de ensino, visando fazer uma aprendizagem melhor e de qualificação mais adequada.

A década de 1990, não revelou nada de bom, pois vários foram os empecilhos tais como, falta de políticas o governo não deu apoio à Educação de Adultos, chegando a contribuir para o fechamento da Fundação Educar.

3. EJA: um caminho na busca para o desenvolvimento social no Brasil

Ao se buscar o conhecimento sobre o evoluir da escola, o primeiro questionamento é: O que é escola? Como surgiu este termo? O termo escola provém do grego *scholée* significa “lazer, tempo livre”, que servia para dar nome aos lugares nos quais o ensino funcionava. (SALES,2014, p. 01)

Desta forma, considera-se que o termo era usado para nomear os estabelecimentos de ensino devido ao fato de a tradição greco-romana não valorizar a formação profissional e o trabalho manual. Formar o homem das classes dirigentes era o ideal da educação grega. Conforme Sales (2014), “o professor não

deveria ensinar de acordo com suas concepções, mas em conformidade com a exigência da sociedade, devendo formar os futuros governantes e ocupantes dos altos cargos”. O mestre filósofo era o responsável pela educação dos seus discípulos, em geral cinco, e, geralmente, ensinava política, artes, aritmética e filosofia, segundo SALES (2014).

Nesta linha de raciocínio, Sousa fala que:

...na Antiguidade, a educação infantil era uma preocupação presente entre as várias civilizações que se firmaram. Em casos diversos, observamos que a educação dos menores acontecia no espaço da casa. Os valores e o conhecimento eram diretamente transmitidos dos pais para os filhos. (SOUSA, 2013, p.02).

Torna-se, portanto, essencial que se responda: “Quando e como as escolas foram criadas?” É grande a viagem através do tempo para se efetuar esta resposta. Ela, segundo Sousa (2013), percorre a vivência de diferentes povos e diferentes noções sobre a educação e sobre as necessidades de uma criança.

A escola ocupa, no contexto social, o segundo lugar no qual a criança passa maior tempo. E na Idade Antiga, já eram muitos os conhecimentos que a criança poderia adquirir por serem importantes, especifica Sousa (2013). E esses podiam ser transformados em uma divisão daquilo que meninos e meninas deveriam aprender para as suas vidas.

Neste contexto, Libâneo et al (2007) mostram que o ensino acontecia nos mosteiros, para as formações religiosas dos leigos e dos clérigos. Após o reinício do desenvolvimento do comércio e a consequente reurbanização, surgiu a necessidade de aprender a ler, escrever e contar. No Brasil, os autores acima destacam ainda que as primeiras escolas foram criadas pelos jesuítas, que aqui chegaram em 1549. Os colégios jesuíticos tinham caráter missionário, ou seja, tinham por fim catequizar e instruir o índio.

Neste aspecto, Sousa (2013) revela que, com o surgimento de sociedades mais complexas, dotadas de instituições políticas e práticas econômicas sofisticadas, a noção de que a educação familiar era suficiente perdeu espaço. Assim sendo, percebe-se ao se deparar com a presença do professor, esse era contratado por famílias ricas, de boas condições financeiras. Também acontecia destes professores organizarem-se em espaços improvisados e receberem de cada aluno uma determinada quantia (SOUSA, 2013).

Deste modo, sente-se a união entre a educação, ou melhor, professores e economia. Nota-se, sobretudo, que, na Grécia Antiga, a educação era para poucos. O mesmo autor ressalta que a educação era como uma atividade para poucos, para aqueles que podiam consumir o seu tempo livre com o saber e não tinham a necessidade de trabalhar para garantir a própria sobrevivência. Era um privilégio.

É na Idade Média que a situação educacional modifica-se e forma-se em um novo padrão.

...uma população mínima, geralmente ligada ao recrutamento dos líderes religiosos da ascendente Igreja Cristã. Sendo o processo de conversão uma árdua tarefa, os membros da igreja passavam por uma ordenada rotina de estudos para que então pudessem dominar eficazmente a compreensão do texto bíblico. Enquanto isso, as comunidades nos feudos raramente tinham oportunidade de se instruir (SOUSA, 2013, p.03).

Por conseguinte, considera-se o advento da época renascentista, para modificar os centros urbanos e

reestruturar o comércio. Com este aspecto, surgiu a necessidade de controlar os negócios, a administração da cidade e, obviamente, solicitar pessoas capacitadas para as novas funções, conforme definido por Sousa (2013).

Ao chegar à Idade Moderna, o desenvolvimento institucional abriu-se, para o novo: como as escolas deveriam funcionar e qual o alvo a ser atingido.

A organização dos currículos, a divisão das fases do ensino e as matérias a serem estudadas começaram a ser discutidas. Paralelamente, a diferenciação entre o ensino masculino e feminino também surgiu nesse tempo. Até então, na grande maioria dos casos, o ambiente escolar ficava restrito às figuras masculinas da sociedade europeia. (SOUSA, 2013, p. 04).

Desta forma, afirma-se que o aparecimento da instituição escolar está interligado ao capitalismo e pode ser constatado na época da Revolução Industrial, considerada como sendo uma etapa áurea do sistema capitalista. Adam Smith in Sales (2014), um dos grandes teóricos do Capitalismo, defendia, neste contexto, que a educação era necessária e deveria ser dada em pequenas doses às massas.

Para os burgueses, a educação era uma poderosa arma de controle para

disciplinar os trabalhadores. A Escola surge então, com funções ideológicas: com a função de impor os valores e normas da classe dominante à massa trabalhadora, mostrando a função de cada um, conforme sua classe de origem.

Assim sendo, embora a neutralidade da escola trate a todos de forma igual, a realidade da maioria é camuflada. Com a evolução dos saberes, surge o movimento iluminista. O início desta filosofia aconteceu no princípio do século XVII e seu ápice deu-se na França, no século XVIII. Seu criador, considerado "pai" foi o filósofo: John Locke e René Descartes (1637), pai do racionalismo.

Segundo Sales (2014), no século XVIII, uma sociedade orientada pela razão e em desenvolvimento pleno era uma necessidade indispensável.

Os princípios de igualdade e liberdade, constante do discurso iluminista colocava o ambiente escolar como uma instituição de grande importância. No século seguinte, ou seja, no século XIX, sucede crescimento das escolas na Europa. Essas instituições defendiam um ensino aberto a diferentes camadas sociais e livres da origem social ou econômica segundo a autora citada acima.

O processo de expansão das escolas cresceu e superou a Europa. De acordo com Sales (2014), países como os Estados Unidos e o Brasil, que vieram de uma colonização escravizada por outros países, experimentaram esse processo. Iniciada no séc. XIX nos EUA e, no Brasil já no final do séc. XIX, juntamente com a industrialização destes países.

Os benefícios advindos desse processo apontaram que as novas instituições não deveriam ser, destaca Sales (2014), somente cópia das instituições europeias. Era necessário que a educação se adequasse às novas realidades, aos novos problemas e suas contradições.

Nas últimas décadas, o avanço da tecnologia e o crescimento acelerado dos meios de comunicação nos

instigam a repensar seriamente como as escolas devem se organizar. O acesso às informações e saberes já não é um problema a ser resolvido exclusivamente pelo ambiente escolar. Mais do que simples transmissão, a escola do século XXI deve encaminhar-se para a construção de um saber autônomo, em que o indivíduo mostre-se capaz de criticar e organizar o conhecimento que se mostre relevante para si mesmo.

4. Benefícios da EJA para jovens e adultos

A educação de jovens e adultos é um ensino para aqueles que não frequentaram a escola regular, no tempo adequado por algum motivo. Elas têm uma sabedoria adquirida na vida ou como diz Rubem Alves (2014, p 01) “[...] mais rico interiormente e, ficando mais rico interiormente, ele pode sentir mais alegria e dar mais alegria – que é a razão pela qual vivemos”. Eles têm cultura própria. Segundo Lopes e Sousa, (2011, p 02) os alunos olham o mundo com olhos de ver.

Neste contexto, ressalta-se ainda que o professor da EJA deva ser especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno, e é importante o seu bom perfil na realização do sucesso da aprendizagem do aluno adulto.

É preciso que a sociedade compreenda que o professor da EJA deve ser especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno, e é importante o seu bom perfil na realização do sucesso da aprendizagem do aluno adulto. Gomes, nesse sentido, lembra que.

Educação de Jovens e Adultos ainda hoje é confundida por muitos alunos e até mesmo professores com o antigo Ensino Supletivo, onde este significava aligeirar ou compensar os anos de estudo perdidos, e o termo educação é mais profundo, indicando um desenvolvimento completo do ser humano. (GOMES, 2011, p 08).

Portanto, torna-se essencial que o professor compreenda o aluno e a realidade vivenciada por ele. Conhecer que esse aluno pode crescer pessoal e profissionalmente, conforme enfatiza Lopes e Sousa, (2011).

Assim, é papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional para que de fato, exista a realização efetiva da inclusão EJA.

[...] Educação de Jovens e Adultos ainda hoje é confundida por muitos alunos e até mesmo professores com o antigo Ensino Supletivo, aprender, apropriando-se, gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 183).

Em outras palavras, destacam Oliveira et al. (2012) “a educação de adultos possibilita uma aprendizagem significativa, para uma participação ativa no mundo letrado”. Compreende-se que a “aprendizagem significativa está intimamente ligada a qualidade do ensino-aprendizagem, que se mede, pela aquisição ou não, pelos discentes, das ferramentas que permitem interferir e transformar a realidade”.

Sugerem as autoras Oliveira et al. (2012, p. 183). Gadotti (2005) ainda priorizam que, sabedores do papel relevante que dos professores é que se busca a percepção de que o trabalho a ser executado com os alunos

deve se influir na compreensão de mundo, ou seja, reconhecer, incorporar, ampliar, isto é:

a educação de adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração na diversidade cultural, onde os educadores precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular (saber primeiro) (GADOTTI, 2005, p. 08).

Gadotti (2005, p.08) afirma que para fazer a educação de adultos, é preciso entender, diretamente, a lógica do conhecimento popular, ou que o pensamento da alfabetização ou da aquisição de novos conhecimentos tem sentido aproveitando na sala de aula a experiência do aluno.

Compreende-se, dessa maneira que a EJA é importante e deve-se reconhecer que seu valor se encontra na erradicação do analfabetismo. A educação de adultos deve doar, apresentar a seus alunos “uma aprendizagem significativa, viabilizando uma participação ativa no mundo letrado ao qual pertencem” destacam Oliveira et al (2012, p. 198). Além disso, deve-se supor que esse tipo de aprendizagem está interligado de forma profunda à qualidade de ensino oferecida.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino inclusiva porque oferece as pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular, ou dele foram excluídos, a oportunidade de terminarem sua escolarização. A Educação de Jovens e Adultos vem contribuir para a igualdade social numa sociedade onde o código escrito ocupa lugar privilegiado, onde a leitura e a escrita são bens relevantes e o não acesso a eles, [...] impede o atingimento da cidadania plena; vem reparar o direito a escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade do ser humano na sociedade (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p.69).

Esses autores ainda consideram que a EJA

...deverá voltar suas atividades para o atendimento dessa população, incentivando suas potencialidades, promovendo sua autonomia, levando seus alunos a serem sujeitos do aprender a aprender, apropriando-se, gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver” (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 68).

É interessante conduzir o ensino respaldado pelos métodos utilizados na melhoria da metodologia e a aprendizagem significativa. “Bem como, expor a opinião de alunos e de uma docente sobre a EJA, para saber até que ponto essa educação é capaz de transformar a vida dos indivíduos que agrega”. (OLIVEIRA et al, 2012, p.196).

Paulo Freire, (2014), enfatiza com critério que são necessários ao seu entender “saberes que me parecem indispensáveis à prática docente de educadoras ou educadores críticos, progressistas, alguns deles são igualmente necessários a educadores conservadores” e ele continua “São saberes demandados pela prática educativa em si mesma, qualquer que seja a opção política do educador ou educadora”. (FREIRE, 2014, p.23)

4.1 Um pouco de Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, em 1921. Aos 15 anos era um estudante atrasado, que escrevia mal e errado. É impressionante o sucesso que teve em sua carreira de educador, pois em 1970,

vivendo em Genebra, dava aulas nas Universidades suíças destaca Galvêas (2016, p. 01).

Paulo Freire, nos anos 60, foi sem nenhuma dúvida alguma, aquele que chamou os educadores para a realização do ato de ler e escrever. Com isso, ele defendia “essa aprendizagem como emancipação do homem vinculada à própria possibilidade de “ler o mundo””. “Consciente do papel relevante” defende Freire, (2014).

No final de sua vida dedicou-se a participar de cursos de pós-graduação de pedagogos na PUC em São Paulo. (Galvêas, 2016, p. 01) enfatiza que Paulo Freire foi cassado pela revolução de 1964 e passou 16 anos no exílio. Tornou-se depois cidadão honorário de 9 cidades brasileiras e de Los Angeles. Também se destacou como doutor honoris causa em 28 cidades brasileiras e estrangeiras. Tem obras traduzidas para duas dezenas de línguas inclusive o grego e o chinês.

A história da Educação de Jovens e EJA que fazem a reflexão sobre a relação existente entre “os instrumentos adultos brasileiros segue como sempre seguiu o desenvolvimento da educação e seu inter-relacionamento com a economia e a política Silva, (2004)”. Dessa forma, é importante que se faça a reflexão dos acontecimentos ocorridos na história da educação em busca do entender fatos da história da educação. Paulo Freire morreu em 1997, em São Paulo.

5. Os primeiros passos da EJA no Brasil

Na história da educação do Brasil, especialmente no período colonial as escolas existentes priorizavam os alunos das classes mais abastadas. As classes mais pobres nem mesmo frequentavam a escola. Houve um período na educação no Brasil que esta ficou a cargo dos padres jesuítas e eram duas as tarefas: a pregação do catolicismo e o trabalho educativo (MOURA & SERRA, 2014).

Nesse contexto, fazia parte do processo educacional o ensino da escrita e da leitura das crianças. Os índios adultos também deviam se submeter à ação cultural e educacional, de conformidade com a educação jesuítica que teve a duração por mais de dois séculos, chegando ao fim com a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal, 1759. Foi aberto um amplo vazio na educação administrada por Portugal. O sistema dos jesuítas era o único que existia

A mudança educacional de Pombal tirou a educação até então responsável aos jesuítas e passou o compromisso para o Estado, assim no lugar das escolas jesuíticas, uma série de aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica foram instaladas no Brasil colônia. Essas aulas eram autônomas, sem sequência e designadas especialmente aos filhos dos colonizadores portugueses, excluindo a população negra e indígena. (MOURA & SERRA, 2014, p. 03).

Dessa forma, as primeiras reformas educacionais, iniciativas dos padres jesuítas que visavam ao público adulto, “ocorrem no Brasil Império indicando a necessidade da oferta de ensino para adultos analfabetos”, (MOURA & SERRA, 2014, p. 04). Em 1879, Leôncio de Carvalho desenvolvia a função de Ministro dos Negócios do Império e através do Decreto n. 7.247, estabeleceu uma reforma da educação e que estabeleceu mudanças nos ensinamentos primário, secundário e superior. O Decreto possuía vinte e nove itens dentre eles [...] “o oferecimento de cursos para adultos analfabetos.” [...]. (MELO; MACHADO, 2009, p. 297).

A Primeira Constituição Brasileira (1824) procurou oferecer um sentido maior para a educação, garantindo no art. 179 “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”.

Todavia, a lei não se cumpriu, e segundo Scortegagna e Oliveira (2006), por dois motivos: primeiro a elite possuía a cidadania, o que representava uma pequena parte da população, e segundo a responsabilidade das Províncias na proposta da educação, responsável pela educação das elites, limitando o ensino formal às classes mais abastadas” destacam os autores acima citados”.

Em 1834, começou a vigorar o Ato Adicional, o qual foi anexado à mesma Constituição. De acordo com a emenda, a educação tornou-se competência das Províncias. Somente no final do século XIX, com a mudança de regimes políticos, ou seja, durante a passagem do Império para a República,

[...] a educação foi colocada em debate, pelo fato de ser considerado um meio importante no desenvolvimento da sociedade brasileira, acreditava-se na possibilidade da educação colaborar para o progresso e buscava-se o aumento dos eleitores para responder os interesses das elites. A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 04).

No início do século XX, sob a influência do desenvolvimento industrial, foi que a educação de adultos passou por um processo tímido, pois era mais aliado com o desenvolvimento da sociedade do que com a própria educação do cidadão.

Nesse contexto, em 1940, identifica-se e constata-se o analfabetismo no país. Desta forma, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) colabora “com clareza, nos debates e ações sobre o analfabetismo e a educação dos adultos, principalmente nos países em desenvolvimento”. Sugerem Scortegagna; Oliveira, (2006, p. 04).

A orientação da UNESCO perante esses países era de acabar com o analfabetismo através de programas de alfabetização. Diante dessa manifestação, em 1947, o governo apresenta a 1º Campanha Nacional de Educação de Adultos. A Campanha de Educação de Adultos pretendia-se numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de “ação em profundidade” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 04).

Na década de 1950, “a Campanha de Educação de Adultos passou por algumas críticas e acabou sendo extinta” enfatizam as autoras e nas décadas 50 e

60, as espaço a um novo olhar direcionado aos problemas da alfabetização. Já essa com essa nova visão, surgiu à pedagogia de alfabetização de adultos, chefiada por Paulo Freire. Segundo ele, “as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos” (FREIRE, 1987).

Freire (1987), dessa forma integrando este novo espírito da época, acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos. A educação básica não foi colocada em ação, “assim as políticas públicas se voltaram à educação de adultos mudando e abrindo governo imperiais, desenvolvendo uma metodologia própria de

trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação: a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político.

As ideias de Paulo Freire em relação ao processo de alfabetização de adultos começam com a crítica do sistema tradicional que tinha a “Cartilha” como base. A velha “Cartilha” ensinava pela repetição de palavras aleatórias formadas pela junção de uma consoante e uma vogal, destaca GALVEAS, (2016, p.03).

6. A metodologia da educação de jovens e adultos

“Método é caminho, é opção por um trajeto até o alcance dos objetivos que se sintetizam na aprendizagem”. (RANGEL, 2005, p. 13). A metodologia corresponde a práticas pedagógicas impulsionadoras do dia a dia da escola, significa mostrar a forma “inovadora de conduzir o problema que envolve o processo de ensino-aprendizagem” relata Teodora (2013, p. 02).

Segundo esta autora este problema relaciona-se ao fracasso escolar e à evasão que Aquino (1997, p. 21) confirma como sendo o “maior sintoma da crise de nossas escolas”. Este fracasso, então, visto como fracasso do aluno ou a condições exteriores à escola, à desigualdade e perversidades sociais e à “lógica de exclusão”

Para tanto, “considera-se que métodos de ensino são meios de dinamização das aulas e conhecê-los em suas diversas opções e praticá-los, com fundamentação e segurança teórico práticas são valores expressivos da competência docente”, diz Rangel, (2005). Como exemplos de metodologia utilizada no ensino brasileiro, citam-se:

6.1 Tradicional

É predominante no país e a mais conhecida pelos pais. Focaliza o professor “que detém conhecimentos e repassa ao aluno. O estudante tem metas a cumprir dentro de determinados prazos, que são verificadas por meio de avaliações periódicas”. (UOL, capesesp).

Faz uso de apostilas e cartilhas. Essa metodologia valoriza a quantidade de conteúdo ensinada.

6.2 Construtivista

Nas instituições que seguem os princípios construtivistas, o conhecimento é ativamente construído pelo sujeito e não passivamente recebido do professor ou do ambiente. Cada estudante é visto como alguém com um tempo único de aprendizado e o trabalho em grupo é valorizado.

Nas escolas construtivistas, são criadas situações em que o estudante é estimulado a pensar e a solucionar problemas propostos. Também há provas e reprovação nessas instituições.

Para tanto, as ideias do biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) norteiam as escolas que se denominam construtivistas e por isso é comum que elas se apresentem também como escolas piagetianas. (UOL, capesesp)

6.3 Montessoriano

É baseada na filosofia de Maria Montessori (1870-1952), a criança deve buscar sua auto formação e construção e os adultos devem ajudá-la favorecendo o desenvolvimento de indivíduos criativos, independentes, confiantes e com iniciativa conforme o site UOL (capesesp).

Considerações finais

A ideia proposta pelos objetivos a terem um caminho amplo e desenvolvido leva ao pensamento de que a Educação de Jovens e Adultos indique que se formou um cidadão autônomo, participativo dentro do contexto social.

Assim sendo, a prática educativa supõe alunos que, como seres ligados ao processo de aprendizagem, possuam uma construção relativamente ao que aprenderam e que realizem inúmeras de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e extremamente envolvido com aquilo que obteve como conhecimento.

Estas interações devem ser executadas possuindo o professor como aquele que faz a mediação, que auxilia e conduz a ação. Tal ação ocorre porque as habilidades cognitivas tornam necessários o empenho e envolvimento de todos os alunos e professores.

Neste estudo de conclusão de curso foi feita uma análise quanto ao pensamento dos jovens e adultos em relação a esta aprendizagem. Sentem-na como um resgate de sua individualidade, da sua posição de cidadão que escreve e lê que participa das atividades culturais, sociais enfim participa e considera-se integrado ao saber.

O escritor Paulo Freire, em sua defesa e apoio, mostra que, a partir de um trabalho crítico em torno do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita na EJA, contextualizado com os conhecimentos que os sujeitos trazem a partir de suas experiências e sabedorias, é possível a transformação de uma situação de opressão em uma situação de autonomia e liberdade.

A educação de adultos foi se realizando em um crescendo iniciado com a catequização dos índios pelos jesuítas e foi ampliando sua importância na medida em que a industrialização o exigiu e mais tarde a presença da tecnologia que impõe o saber para que se tenha mão-de-obra capacitada.

Referências

AQUINO, J.G. (org.) Vários autores. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2005

ALVES, Rubem. **Rubem Alves - Frases, Pensamentos e Citações - KD Frases**. Disponível em: kdfrases.com/autor/rubem-alves. Acessado em 14/07/2017.

BISPO, JSG. **Modelagem Matemática**: um método possível para a Educação de Jovens e Adultos Anais do XII Ebrapem, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à Prática educativa.4. _____
Conscientização: Teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Formação de pessoas adultas** - A última experiência de Paulo Freire, 2005. Disponível em http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/Formacao_pessoas_adultas. Acessado em 14/07/2016

GALVÊAS, EC. **Paulo Freire e o Método de Alfabetização de Adultos**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14578110-Paulo-freire-e-o-metodo-de-alfabetizacao-de-adultos.html> Acessado em 14/07/2016.

GOMES, CS. **TEXTO PARA ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**: Repensando a prática pedagógica para o professor de História para a Educação de Jovens e Adultos - EJA Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretoria de Políticas e Programas Educacionais Programa e Desenvolvimento Educacional Universidade Estadual de Ponta Grossa DVD PONTA GROSSA 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LOCKE, John. **Carta Acerca da Tolerância** Coleção Os Pensadores, Abril Cultural. Tradução de Anoar Aiex, p. 15.

LOPES, S. P., SOUSA L. S. **Eja**: Uma Educação Possível Ou Mera Utopia? 2010 <http://forumeja.org.br/ac/book/export/html/61>.

Martins, AT, Agliard, da. **A legislação de educação de jovens e adultos a partir da Constituição Federal de 1988**. 2013.

MELO, CS; MACHADO, Maria CG. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/34/doc01_34.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2014.

MOURA, VLPS&SERRA MLA. **Educação de Jovens e Adultos**: As Contribuições de Paulo Freire Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf. Acessado em 13/08/2016.

OLIVEIRA, et al. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

RANGEL Mary, **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas** 2 ed Papirus

Editora. Campinas: São Paulo Livros Digitais 2015.

SALES, Antônia de Jesus. **A Escola Através dos Tempos** 2013 meu artigo.brasilecola.uol.com.br/.../a-escola-atraves-dos-tempos.htm. Acessado em 08/08/

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJA no Brasil**. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14328/artigo_sobre_hist%C3%93rico_da_eja_no_brasil Acesso em 31/01/2013 às 15: acessado em: 30/06/2016.

SCHEIBEL, MFI; LEHENBAUER, S(org.). **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos EJA**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. SOEK, Ana Paula. **Fundamento e Metodologia da Educação**.

SCORTEGAGNA, PA; OLIVEIRA, RCS. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil:**

Uma Análise Histórico-Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v.5, n. 2, Nov. 2006. 15 p. A. 2016. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2004.

SILVA, LCB. **A falta de afeto gera violência?** Caminhos do saber Rio de Janeiro UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. 2004 .

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **História das Escolas** Vida e aprendizado. 2013. Disponível em: www.vidaaprendizado.com.br/artigo. Acessado em 20/08/2016.

TEODORO, DM. **Metodologia de ensino:** Uma contribuição pedagógica para o processo de aprendizagem da diferenciação 2013. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/>> Acessado em 28/05/2016.

^[1] Graduanda em Matemática pela Faculdade Patos de Minas (FPM)

^[2] Especialista em Letras (UEMG) especialista Língua Portuguesa, Linguística e Artes (FIJ) Especialista em Docência e Didática do Ensino Superior (FPM), Professora Orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM)